

Imprensa, escrita feminina e práticas liberais democráticas na Paraíba na década de 1930

Shirley Targino Silva¹, Isabela Nathália Nunes Tristão²

Resumo

Este estudo tem como objetivo identificar e analisar os discursos sobre civismo e democracia que eram veiculados na Paraíba, na primeira metade do século 20, a partir dos periódicos *Boletim de Educação*, organizado pelo departamento de Estatística e Publicidade do Estado, e *Periódico Educacional da Diretoria de Ensino Primário da Paraíba (Revista do Ensino)*, articulando com as propostas educacionais para o período em questão e destacando o papel das mulheres dentro do contexto de produção e divulgação da imprensa paraibana entre os anos de 1936 e 1937. Inicialmente, discorreremos brevemente sobre o uso de fontes documentais na História da Educação e a sua importância nos caminhos teórico-metodológicos escolhidos por pesquisadores(as). A partir disso, explanaremos sobre a atuação feminina na imprensa oficial e nas discussões políticas da Paraíba. Posteriormente, analisaremos as fontes já mencionadas, indicando os principais pontos de discussão sobre civismo e democracia – também estruturadas em uma pesquisa bibliográfica anteriormente feita. Tendo em vista os aspectos observados, é possível concluir que a escrita feminina forneceu contribuições históricas ao cenário social, educacional e político paraibano, objetivando a conquista de uma sociedade menos desigual, promovendo a equidade entre os gêneros e o avanço das práticas educacionais.

Palavras-chave

História da Educação. Impressos educacionais. Mulheres.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: targinoshirley@gmail.com.

² Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: tristaoisabela@gmail.com.

Press, female writing and democratic liberal practices in Paraíba in the 1930s

Shirley Targino Silva³, Isabela Nathália Nunes Tristão⁴

Abstract

This study aims to identify and analyze the discourses on civics and democracy that were broadcast in the state of Paraíba, Brazil, in the first half of the 20th century, based on the periodicals *Boletim de Educação*, organized by the State Statistics and Advertising department, and the *Educational Periodical of the Primary Education Directorate of Paraíba (Revista do Ensino)*, articulating with the educational proposals for the period in question and highlighting the role of women within the context of production and dissemination of the Paraíba press between the years 1936 and 1937. Initially, we will briefly discuss the use of documentary sources in the History of Education and its importance in the theoretical and methodological paths chosen by researchers. From this, we will explain about the female performance in the official press and in political discussions in Paraíba. Subsequently, we will analyze the sources already mentioned, indicating the main points of discussion about civism and democracy – also structured in a bibliographic search in the previous one. In view of the observed aspects, it is possible to conclude that female writing provided historical contributions to the social, educational and political scenario in Paraíba, aiming to achieve a less unequal society, promoting equity between genders and advancing educational practices.

Keywords

History of Education. Educational prints. Women.

³ PhD student in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: targinoshirley@gmail.com.

⁴ PhD student in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil. E-mail: tristaoisabela@gmail.com.

Introdução

Levando em consideração a amplitude de possibilidades para as pesquisas no campo da História da Educação, é essencial que o(a) pesquisador(a) esteja atento(a) para os procedimentos teórico-metodológicos que podem ser fundamentais para o desenvolvimento das investigações e, conseqüentemente, para o tratamento das fontes utilizadas. As fontes documentais apresentam um conjunto de possibilidades para os campos de estudos da História da Educação. Para garantir que uma pesquisa esteja bem fundamentada, o(a) pesquisador(a) precisará dar uma atenção direcionada e ampla para as fontes utilizadas. Além disso, a análise das fontes necessita de um embasamento teórico-metodológico específico e articulado com a investigação. De acordo com Eliane Mimese Prado (2010),

O trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, quais são os caminhos e pontos que guarda. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação, para evitarem-se os enganos (PRADO, 2010, p. 124).

O tratamento das fontes exige, portanto, uma postura investigativa apurada, principalmente diante das complexidades e lacunas que existem na História da Educação. Carlos Bacellar (2005) apresenta alguns caminhos (ou exigências) para o trabalho com fontes documentais, dentre as quais destacamos: a importância de conhecer a origem do documento analisado; o aprimoramento em técnicas de levantamento, seleção e anotação diante do que será aprofundado; a observação diante das regras de transcrições e edições (quando necessário); a contextualização do documento; as medidas de produção, identificação e cruzamento de fontes etc. (BACELLAR, 2005).

Sabendo que “o estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas” (CERTEAU, 2002, p. 81), a materialidade das fontes documentais demanda uma análise e um manuseio muito mais meticolosos. Atualmente, os campos investigativos na área da História da Educação vêm se desenvolvendo com uma amplitude de fontes, temas e objetos. Diana Vidal (2005) afirmou que existem dois campos específicos: um que vai buscar atribuir sentido ao passado por meio da articulação entre a escrita da sistematização, organização e

problematização das fontes; enquanto o segundo endereça-se a localizar, organizar, sistematizar e problematizar as fontes para a pesquisa em História da Educação (VIDAL, 2005).

Tudo isso se torna muito importante justamente porque os documentos, por si só, não constituem a História – ela é muito mais complexa, sendo fruto de um período e um contexto. É a partir desses documentos, articulados ao manuseio e trato investigativo de cada pesquisador(a), que os fatos históricos estão disponíveis para o(a) historiador(a). Porém, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1981, p. 14).

Podemos destacar, assim, a variedade de possibilidades investigativas a partir das fontes documentais não só para a História da Educação, mas também para outros campos de conhecimento. O contato com fontes primárias, especificamente, pode possibilitar uma experiência investigativa muito mais complexa, exigindo uma postura investigativa e um tato crítico e aguçado do(a) pesquisador(a).

Nesse sentido, focalizaremos no uso dos jornais, boletins e revistas e as suas contribuições investigativas para o presente artigo, destacando como as mulheres puderam estar inseridas nas discussões políticas da Paraíba no início do século 20. Neste período, além de se juntarem aos movimentos sociais da época, as mulheres começaram a publicar textos em revistas, periódicos e jornais defendendo as causas femininas. É a partir de todo um processo de luta que surge um novo olhar para o sexo feminino. Nos séculos antecedentes, as mulheres eram consideradas passivas, incapazes e frágeis. Por meio desse processo de inserção na sociedade, é que as mulheres puderam, de forma gradual e lenta, desmistificar o mito de suas incapacidades. A luta feminista, então, nasce com a intenção de denunciar injustiças, incertezas e opressões que cercavam as mulheres e as desvalorizavam como seres humanos.

Vale ressaltar, de modo geral, que a presença das mulheres na imprensa foi bastante significativa por todo seu histórico de lutas, principalmente no que tange à emancipação feminina. Embora o número de mulheres escritoras na imprensa não fosse tão representativo, os discursos publicados contribuíram para a formação de um público leitor feminino que se via configurado com a inserção dessas mulheres na imprensa brasileira. Ou seja, em um contexto de predominância masculina nos cenários da imprensa, as mulheres sutilmente ganharam espaços com suas publicações.

Na primeira metade do século passado, a diferença de papéis pertencentes aos sexos feminino e masculino era acentuada, porém, imersas nas discussões políticas, as mulheres

participaram de debates nas páginas de jornais, boletins e revistas. Isso diferenciava também a sociedade.

Sem esquecer que havia uma comunhão de ideais políticos entre o jornal e as mulheres, ficou registrado que elas contavam com uma favorabilidade na divulgação de suas ações e esse espaço foi aproveitado para publicização de suas ideias, no momento em que criaram uma associação feminista. Essa relação harmoniosa nem sempre foi a tônica entre as mulheres e a imprensa. (NUNES, 2012, p. 3).

No campo da História da Educação, especificamente, atentamos para os impressos como fundamentais para o desenvolvimento de investigações referentes a temáticas diversas, incluindo a atuação feminina – direta e indireta – nos âmbitos políticos, sociais e culturais. A riqueza dessas fontes, bem como as diversas possibilidades de utilização, porém, exigem um olhar aguçado do(a) pesquisador(a) para as suas condições de produção, divulgação e utilização em diferentes tempos e espaços.

Na história da educação, o uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa vem consolidando-se de maneira crescente, principalmente no que diz respeito à produção da imprensa voltada para as questões educacionais, ou seja, os periódicos educacionais. A relevância dos jornais e revistas, como fonte de pesquisa, relaciona-se com sua especificidade como veículo de circulação de ideias que representavam e ainda podem representar um determinado interesse, sendo este dependente do meio de vida dos homens. (ZANLORENZI, 2010, p. 61).

Já sabendo da importância dos estudos das fontes primárias para a História da Educação, apresentaremos, a seguir, algumas considerações sobre a presença feminina na imprensa paraibana e suas inserções nas discussões políticas do século 20. Além disso, após discorrer sobre a estrutura do Boletim de Educação, faremos análises dos textos escritos por algumas educadoras supracitadas no mesmo periódico, destacando os seus discursos sobre os ideais de civismo, democracia e educação para o período aqui delimitado (1936-1937).

A imprensa paraibana e as transformações políticas do século 20

Na primeira metade do século 20, o discurso da imprensa paraibana se articulava com as demandas da nova vida urbana. Por sua vez, durante décadas, muitos periódicos foram usados como materiais de estudos aos leitores e não leitores (no contexto de que pessoas letradas liam para os analfabetos), tanto no âmbito escolar quanto no âmbito informal. Essas

transformações, atreladas à nova tecnologia e aos novos meios de comunicação, “delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social” (LUCA, 2013, p. 150). Os jornais eram mais acessados pela população, tendo em vista o seu baixo custo. O uso daqueles impressos no processo de ensino-aprendizagem não se configurava como um aparato pertencente a uma imprensa pedagógica. Não obstante, a imprensa pedagógica pode ser definida pela circulação periódica de materiais produzidos com o intuito de educar discentes por meio da formação de professores, consolidando-se enquanto uma prática de leitura acerca de temas sobre educação, bem como um espaço público de formação fora do ambiente escolar. Levando-se em consideração que havia uma comunhão de ideais políticos entre o jornal e as mulheres, ficou registrado que, na Paraíba, elas contavam com uma favorabilidade na divulgação de suas ações e esse espaço foi aproveitado para publicização de suas ideias, no momento em que criaram uma associação feminista. Essa relação harmoniosa nem sempre foi a tônica entre as mulheres e a imprensa (NUNES, 2012, p. 3).

Ainda nesse início de século, no estado da Paraíba, podemos perceber um conjunto de insatisfações que se manifestaram durante todo o período republicano brasileiro. Conflitos de caráter político, econômico e social induziram

[...] o esforço da intelectualidade, no sentido de dar um novo caráter ao país, buscando integrar as diversidades. Toda essa movimentação culmina em movimentos como: o Tenentismo, a fundação do Partido Comunista, o Modernismo e a ampliação do movimento feminista que intencionava o reconhecimento dos direitos da mulher. (NUNES, 2006, p. 118).

A instabilidade política da década de 1930 contribuiu para a restrição do estado de liberdade, refletindo interferências na cultura educacional. Isso acarretou cerceamento na constituição dos veículos de informação, especialmente nos periódicos e rádios cuja informação se expandia por todo o país, alcançando também uma maioria de indivíduos analfabetos que seriam, certamente, sensibilizados pelo Novo Regime. Naquela situação, Luca (2013, p. 150) ressalta que “o famoso decreto 122 da Constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo”. O direito individual foi subordinado às condições da lei; por conseguinte, a imprensa pedagógica se firmou como uma tentativa estatal de controle da cultura educacional, no caráter de dimensões públicas de ensino e aprendizagem.

Vale acentuar que, durante as primeiras décadas desse século, na Paraíba, ocorreu um dos principais fatos históricos de caráter nacional: o assassinato do presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. “Nessa época, iniciavam-se as lutas, em todo o Brasil e na Paraíba, por mudanças comportamentais e a adoção de novos hábitos na sociedade” (SILVA, 2016, p. 19). Com o assassinato de João Pessoa, as declarações de apoio ao Partido Liberal tornaram-se efetivas e passaram a ocupar um espaço significativo nas páginas do jornal *A União*, órgão da imprensa oficial do Estado. Não obstante, as mulheres continuaram suas lutas em marcha pró-liberalista e também homenageando o político morto, que passou a ser referenciado como um herói.

Outro fator comum e determinante na Paraíba na década de 1930 é a união de um Estado forte com as simpatizantes das causas liberais. Dentro desse movimento, destacavam-se as mulheres educadoras que passaram a integrar a linha de apoio à Aliança Liberal. Foi exatamente por esse processo de ligação acordado entre mulheres da educação com a política local que algumas mulheres da sociedade passaram a ter uma importância social, política e cultural.

Falar da participação/emancipação feminina paraibana na década de 1930 é, portanto, correlacionar fatos históricos com o crescimento do processo educacional da Paraíba. Segundo Melo (1979 *apud* NUNES, 2012, p. 2), essa participação das mulheres atendia aos apelos de Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida e tinha como principais entusiastas da Aliança Liberal as alunas da escola normal. Segundo Aguiar (2005, p. 19 *apud* NUNES, 2012, p. 2), elas estavam, na maioria das vezes, à frente das passeatas e *meetings*, como se dizia na época. Fardadas de azul e branco, entre 14 e 20 anos, as normalistas simbolizavam o total apoio do povo à reforma e renovação empreendida no governo pelo estadista conterrâneo.

Levando em consideração que os boletins de educação podem ser definidos como veículos impressos destinados à educação de indivíduos para além dos muros da escola, o presente estudo se apoia no conceito de cultura educacional, de modo que “é uma específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares” (PINHEIRO, 2009, p. 109). Vejamos algumas especificações a seguir.

A presença feminina na imprensa paraibana: os *Boletins de Educação*

A partir de conhecimentos e experiências acumulados durante a vida de pesquisadoras, nos apropriamos do ofício do(a) historiador(a) para, assim, compreender as representações sociais do passado. Nossa vontade de buscar nos faz palpitar onde podemos encontrar espaços que passam a nos inquietar enquanto historiadoras da educação. Foi no meio de pesquisas na biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que nos deparamos com a descoberta dos *Boletins de Educação*, um documento histórico que apresenta demandas científicas, sociais, culturais e históricas a respeito da Paraíba.

A pesquisa, tanto em fontes primárias quanto secundárias, é uma atividade corriqueira na vida do historiador. Assim, de acordo com Marc Bloch, todo documento tem sua história e o processo de investigação não será contemplado em sua totalidade.

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicas, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através de gerações. (BLOCH, 1941/42 *apud* LE GOFF, 1996, p. 544).

Nos arquivos e bibliotecas, nós historiadores(as), independentemente do método de análise de nossos documentos, iremos nos deparar com as “causas humanas”, como cita Bloch. Elas podem nos impor limites para chegarmos até as fontes. Desta feita, os *Boletins de Educação* supracitados nesse trabalho estão inclusos nessas tensões, pois quando nos deparamos com tal documento, ele estava em estado de excesso de degradação e descaso, mesmo estando na seção de obras raras da biblioteca central da UFPB.

O primeiro *Boletim de Educação* aqui em foco foi publicado impresso no ano de 1937 pelo Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Parahyba. Ele contava com palestras proferidas ao microfone da PRI-4 Radio Tabajaras da Parahyba. O sumário das matérias foi composto por quatro eixos de seção educativa. O primeiro foi intitulado Educação em Geral e discutia sobre: educação rural; cooperativismo escolar; educação infantil; e a criança e o cinema. O segundo foi intitulado Educação Sanitária, discutindo sobre: tuberculose e escola; cárie dentária; a importância do serviço das enfermeiras; doenças transmissíveis; moscas;

profilaxia dentária. O terceiro eixo foi chamado de Educação Agrícola e discutia: notas sobre a cultura da batatinha; a cultura do fumo; cultura da cebola; bananas para exportar; como se planta o milho; como se planta o algodão. O quarto e último eixo foi chamado de Educação Doméstica e discutia sobre: a mulher, a criança e o lar; o papel das donas de casa; a educação no lar; meus quinze minutos de prosa.

O segundo *Boletim de Educação* foi publicado impresso também no ano de 1937 pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Parahyba. Assim como o número 1, o número 2 pertencia a um órgão oficial do Estado e contava com palestras proferidas na mesma Rádio Tabajaras da Parahyba. O sumário das matérias foi dividido em quatro eixos dentro da mesma seção educativa. O primeiro foi nomeado Educação em Geral e discutia sobre: escolas rurais; alfabetização; educação e cultura; civismo; importância dos censos; cruzada nacional de educação; a educação moral e a função da escola; a necessidade do voto para o exercício da democracia. O segundo foi nomeado Educação Sanitária e discutia sobre: um apelo à mulher na sua missão de mãe; considerações sobre adenidismo; o que é difteria; angina diphtherica e crupe, uma advertência e um apelo; às mães; profilaxia dentária, o primeiro molar; conselhos às jovens mães; crise dentária. O terceiro eixo, chamado Educação Agrícola discutiu: adubação das laranjeiras; cultura do fumo; milho e os cuidados culturais; preparo do solo; instruções para combater a “broca de raiz” do algodoeiro; procurando libertar-se das secas; instruções para o plantio de enxertos de laranjeira; o arado e a enxada; notas sobre a cultura da mamona; alfafa; hortas em quintais; decálogo das árvores; como se deve plantar o algodão; curuquerê ou lagarta de folha; cultura de figueira; conselhos aos fumicultores; enriqueçamos plantando muito algodão; a cultura do amendoim; notas sobre a cultura da cebola; combate às pragas do algodão. O quarto e último eixo intitulado Educação Doméstica discutia sobre cozinha; educação doméstica; o lar e a economia.

Como já mencionado, com o uso intenso da imprensa, as mulheres, especialmente professoras, participavam enquanto escritoras nos jornais, revistas e boletins publicados no Brasil. Dessa forma, podemos destacar a participação de professoras paraibanas publicando artigos nos impressos de outros estados brasileiros. Nesse estudo, especificamente, focalizaremos no texto escrito por Maria Reis Campos⁵, em 1937, direcionado para temática sobre o civismo brasileiro no período em questão.

⁵ Apesar da escassez de fontes e informações sobre a referida professora, conjecturamos que Maria dos Reis Campos foi docente no Rio de Janeiro-RJ e atuante como escritora em vários jornais e revistas nacionais na década de 1930 (CARDOSO, 2017).

Como tratava-se de uma mulher na imprensa e com visibilidade nas redes de sociabilidade dos intelectuais brasileiros, Maria fez uma viagem pedagógica aos Estados Unidos da América em 1932. Anísio Teixeira, enquanto diretor geral da Instrução Pública, bem como a Associação Brasileira de Educação (ABE) investiram em viagens de professores(as) brasileiros(as) com intuito de eles se especializarem em áreas diversas relacionadas ao magistério. De acordo com Mignot e Gondra (2007 *apud* CARDOSO, 2017, p. 375), “a prática das viagens pedagógicas, sendo uma tradição cultural e formativa, foi um movimento ocorrido em vários países do mundo”.

Considerada uma experiência desafiadora, a viagem de docentes aos EUA rendeu à professora os muitos aprendizados e escritos sobre diversos temas, a exemplo da Escola Moderna, a Escola Nova, leitura e escrita, Escola Primária, método de projetos, dentre outros assuntos. No entanto, a obra mais extensa dela, em relação a essa viagem, foi o livro *Escola Moderna: conceitos e práticas*, em que no prefácio ela afirma que a obra foi baseada no conhecimento adquirido nos Estados Unidos (CARDOSO, 2017).

Com a análise do boletim aqui focalizado – escrito por Maria dos Reis Campos –, percebe-se que há um grande destaque para a importância de encontrar um meio termo entre a “anulação” do individualismo em prol do bem do Estado e a formação de indivíduos fortes e bem condicionados para a vida em sociedade. Campos salientou como a democracia “garante” uma igualdade perante a lei, mas há a impossibilidade de todos atuarem nas causas governamentais. A partir disso, tem-se a formação de dois grupos: os políticos e os não políticos. De acordo com ela, “enquanto os ‘políticos’ põem a política a serviço de seus interesses pessoais, os ‘não-políticos’ se desinteressam das questões de governo do país, entregues somente a seus afazeres particulares” (CAMPOS, 1937, p. 16).

De acordo com a autora, em ambos os grupos havia uma falta de civismo, pois, ao invés de priorizarem as causas da pátria de um modo geral, estariam em busca de um benefício próprio ou particular, caracterizando elementos fracos de uma coletividade fraca. Se existisse um civismo verdadeiro, os homens buscariam representantes que se adequassem às reais necessidades do Estado e não às suas necessidades individuais. Independentemente de ser um país democrático ou não, o que faltaria, de fato, seria uma articulação entre os homens para decidirem sobre o bem comum. O que iria muito além dos governantes. Ou seja, para a professora não adiantaria mudar o regime do Brasil se não houvesse civismo entre os homens,

[...] porque, logicamente, se a finalidade do governo é o bem coletivo, só poderá haver bom governo quando os seus membros sejam indivíduos preocupados com o bem coletivo. Do contrário, por melhores que sejam, as instituições serão fatalmente falseadas pelos que, dispondo de força, as empregarão em seu proveito em vez de se porem a seu serviço. (CAMPOS, 1937, p. 17).

Além disso, uma boa formação cívica equivale a uma boa formação moral. A educadora afirma que “do que precisamos, portanto, acima de tudo, é de uma formação cívica eficaz, que amorteça o egoísmo e exalte no homem o ‘socius’, o verdadeiro elemento social, preocupado com o bem-estar e o progresso do grupo de que faz parte” (CAMPOS, 1937, p. 17). Nesse sentido, a educação escolar foi apresentada como o principal meio de mudar o problema da falta de civismo e, conseqüentemente, de coletividade na nação.

Todo esse trabalho deveria fazer-se em conjunto, obedecendo a um plano nacional e systematico que, sem a imposição de partidarismo políticos ou philosophicos, sympathicos a uns e forçosamente antipathicos a outros, fosse um meio de ligar os brasileiros todos, em um ideal comum, fazendo delles a grande família que devem construir. (CAMPOS, 1937, p. 18).

Diante do exposto, salientamos que já havia uma insatisfação feminina diante da falta de representatividade política e os escritos em fontes oficiais podem ser apontados como ferramentas que abriam algum espaço para a participação política e social delas na construção de um projeto de nação durante o século 20. Entretanto, apesar dos antecedentes da fragilidade designados à mulher e o modo como lhe colocaram, impossibilitada de frequentar lugares públicos, a insatisfação com tal modelo ganha espaços nos âmbitos sociais, e as mulheres lutaram para ocupar lugares nos âmbitos políticos, sociais e educacionais. Para observar o contexto histórico em que a mulher paraibana estava inserida, vejamos o modelo político vigente que as ajudava a permear alguns espaços. Segundo Machado e Nunes (2007), “o modelo político defendido pela aliança liberal ganhava a adesão de vários segmentos urbanos da sociedade, pelo país afora, entre aquelas insatisfeitas com as oligarquias rurais, mas também como decorrência dos ideais reformistas pregados pelos liberais” (MACHADO; NUNES, 2007, p. 3). Ou seja, os revolucionários da época buscavam deixar o coronelismo obsoleto e a quebra da supremacia dos grandes estados sobre a Paraíba.

A imprensa pedagógica veiculando o acesso professoral à esfera pública: a *Revista do Ensino*

A *Revista do Ensino*, da Paraíba, foi por uma década o veículo oficial da Diretoria de Ensino Primário do Estado. Durante os anos de 1932 a 1942, foi editada pela imprensa oficial do Estado. Por conseguinte, tornou-se o canal ativo de disseminação dos ideários pedagógicos ao professorado paraibano. Os artigos eram escritos prioritariamente por professores e professoras e, no caso específico da revista supracitada, inúmeras possibilidades interpretativas puderam ser feitas. Porém, a que causou grande realce em sua configuração foi a disseminação das ideias da Escola Nova no âmbito de sua política educacional.

No período de 1932 a 1934, a direção da revista esteve a cargo do seu criador e articulador, por sua vez, precursor do Movimento Escolanovista na Paraíba, o professor José Baptista de Mello, também diretor do ensino primário da Paraíba. Em 1936, o monsenhor Pedro Anísio assumiu a direção da revista e ficou até o término de sua circulação. Mesmo após a saída do professor fundador José Baptista de Mello, o periódico ainda contou com a participação de suas ideias. O número inaugural da revista foi tomado como um marco de orientação e veículo central das ideias educacionais aos professores paraibanos. Pode-se dizer que por compreensão à ótica escolanovista, os planos educacionais expostos na revista expressavam certa simpatia com o manifesto dos pioneiros. O período de circulação da revista estava permeado pela disseminação dos métodos modernos para educação e potencialização de novos profissionais.

Alice de Azevedo Monteiro⁶, em seu primeiro artigo publicado na *Revista do Ensino Primário da Parahyba*, nos apresenta uma epígrafe retirada do livro *Os filhos: sua preparação para a vida*⁷, do médico francês Dr. Victor Pauchet⁷. Em seu texto, intitulado “Jardins de Infância”, observamos a propensão aos discursos higienistas, considerados importantes para o desenvolvimento do Brasil. “Ensina teu filho a apprehender a razão das cousas depois de haver-

⁶ Alice de Azevedo Monteiro, professora e jornalista, contribuiu com vários artigos e poesias para a imprensa da capital, além de participar ativamente da Associação Parahybana pelo Progresso Feminino no ano de 1933, em que ocupava o cargo de secretária. Seus artigos foram publicados nos jornais *A União* e *A Imprensa*. Foi sócia efetiva no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A sua contribuição à educação paraibana é marcada, sobretudo, por ter fundado o primeiro Jardim da Infância na Paraíba, iniciado no âmbito particular no ano de 1932, e, em seguida, contribuindo para a criação do primeiro Jardim de Infância Oficial da Paraíba, sob a égide da Diretoria de Ensino Público da Paraíba no ano de 1934 (SILVA, 2017, p. 20).

⁷ Victor Pauchet foi um médico cirurgião francês que exerceu sua profissão em cidades como Amiens e Paris. O médico escreveu sobre métodos e inovações técnicas acerca da medicina. Foi considerado um mestre em técnicas cirúrgicas e reconhecido mundialmente pelo sucesso de suas publicações (SILVA, 2017, p. 115).

lhes admirado o aspecto exterior. Começará então a germinar sua vida interior” (MONTEIRO, 1932, p. 13).

Diante dessa perspectiva, pode-se observar que os primeiros anos do governo Vargas ainda estavam sob a máxima do ideal de nação civilizada. Nesse contexto, emerge na imprensa, em especial na imprensa pedagógica, o discurso voltado aos “bons hábitos” e à propagação da campanha higienista, esse último sempre se adequando às reformas, métodos e discursos médicos.

No fragmento a seguir, do mesmo artigo, aparece a construção da imagem de um país marcadamente pelo caráter colonial, não civilizado e inculto, o qual precisava se render aos dispositivos da modernidade.

Nas movimentações publicadas das escolas, nas paradas infantis, sente logo o verdadeiro professor que aquelas creanças entraram tarde demais para a escola. Mau grado o esforço evidente e inconfessado dos professores a maior parte dos alunos “que não sabe estar bem posta”, faz maus pontos de comportamento nesses dias. Marchar nada representa para essas creanças, prontas sempre para ... dar tropeções nos companheiros mais próximos ou ageitar-lhes os chapéus com um papirote. (MONTEIRO, 1932, p. 13).

Em consonância com o pensamento de Soares Júnior (2016), a autora retrata as ideias de um projeto civilizador em que o comportamento e a aparência externa determinavam as formas de conduta, sua posição social e de sua educação. Assim como os bons hábitos eram bem-vistos, outros hábitos deveriam ser abolidos, a exemplo, as incivildades e os maus costumes. “A postura, os gestos, a indumentária, os traços físicos, a aparência, revelavam homens e mulheres que viviam no habitat da escuridão, do sujo, da indecência, ou aqueles que viviam sob a manifestação da limpeza, da higiene, dos bons modos, do que estava em voga” (SOARES JÚNIOR, 2016, p. 161).

Para combater tais atos, a autora orientava sobre a inutilidade no uso dos castigos como forma de punição para os descumprimentos das normas e a estratégia de educar as crianças. Todavia, os moldes civilizatórios deveriam ser mantidos desde sua infância para adquirir bom comportamento e uma boa educação.

Certos da inutilidade dos prêmios e dos castigos deveremos habituar a creança a cumprir o seu dever porque assim deve ser. Somente nas escolas maternas poderá o menino adquirir os bons hábitos, que lhe permitam receber as lições, que lhe forem mais tarde ministradas pelo professor primário. A escola maternal ou jardim de infância preparará a creança para aprender. As

jardineiras nivelarão o terreno, onde os professores primários semearão. (MONTEIRO, 1932, p. 13).

Da mesma forma que o comportamento precisava ser lapidado, a educação também tinha que se apresentar como mudança. A educação aparece para Alice de Azevedo Monteiro como preparatória e civilizatória. Os jardins de infância se faziam como salas de preparação e boas maneiras para logo depois surgir um futuro mais promissor através da aprendizagem que seria adquirida pelo indivíduo já civilizado. A escolarização apareceu, indubitavelmente, como uma ferramenta crucial para os cumprimentos dos novos padrões, pois seria através dela que os indivíduos obedeceriam e aprenderiam sobre as novas perspectivas educacionais, contribuindo assim para a sociedade hígida, civilizada, educada e saudável.

A década de 1930 é assinalada por mudanças em vários âmbitos da sociedade brasileira. O desejo da ascensão ao projeto de nação civilizada permeou o cotidiano da imprensa, da política, da economia, da sociedade e da escola.

A creança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora, pedindo carinhosos e inteligentes cuidados... A mestra, sabendo mais psicologia que pedagogia será mais mamã que mestra: toda bondade e simplicidade, sem pose nem reumatismos... tão capaz de ensinar ginastica como de cantar ou consolar um grande coração capaz de guardá-los todos nele...O jardim de infância é a escola do aféto. É aí que a creança começa a amar os seus mestres e amando-os a atendê-los, imitá-los aprendendo com a bôa vontade o que lhe ensinem. (MONTEIRO, 1932, p. 14).

Diante desse fragmento do artigo, pode-se observar a ação da preservação de características entendidas como da natureza feminina, a exemplo da maternidade. Em contrapartida, o texto era destinado ao ambiente escolar e profissional e não à educação doméstica praticada no lar. A mulher, excessivamente vista apenas como mãe, estava ganhando espaço mais uma vez dentro do âmbito profissional. Estava sendo construído outro papel de profissional destinado somente às mulheres, uma vez que lhes cabiam as funções de educar, comportar-se, zelar e amar. Condicionavam a maternidade às professoras dos jardins de infância enquanto mantinham o tradicionalismo (pedagogia tradicional) e hierarquia nas outras modalidades do ensino escolar. Desde o século 19, “o estatuto social feminino no magistério fez também emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres e enraizar as ideologias de domesticidade e maternagem (reforçadas pelo discurso positivista e higienista)” (VILLELA, 2020, p. 120).

Por outro lado, ao saírem de casa para o mundo do trabalho, as mulheres romperam um paradigma social. Com isso, a educação infantil começou a ganhar espaço, sobretudo os jardins de infância, que passaram a ser um espaço de escolarização formal, mas também eram vistos como ambiente para deixar as crianças enquanto suas mães trabalhavam.

[...] que tesouro para o professor primário serão os futuros alunos que lhe chegarem vindos dos jardins de infância! Meninos que não precisarão ser castigados e que farão com interesse, isto é, com bôa vontade e alegria as suas tarefas escolares! Nas escolas maternais são abolidas as teorias, as definições, os grandes princípios ensinando-se com o exemplo, tendo em grande conta a individualidade da criança. Respeita-se a vontade própria como um meio favorável à evolução infantil: nada de arbitrário. A criança ir-se-á habituando a confiar em si mesma, preparando-se para futuro vencer as dificuldades da vida (MONTEIRO, 1932, p. 14).

O discurso higienista é percebido na fala da professora ao evidenciar que os meninos advindos de uma boa preparação não precisariam de castigo, uma vez que seriam mais obedientes e honrariam seus compromissos com as professoras. Esse modelo de educação visava romper com maus hábitos trazidos de casa e aprender bons hábitos na escola, sendo assim, iriam transferir boa educação para seu lar, consecutivamente para sua futura escola, que seria a escola primária.

A escola com caráter de ensino infantil nasceu com Friedrich Froebel na Alemanha e depois se tornou os jardins de infância. Esse termo se fez em alusão ao modo que um jardineiro cuida de uma planta, desde uma muda, para que ela cresça saudável e dê frutos. Tal fato foi assemelhado aos primeiros anos das crianças, sendo considerados fundamentais para o desenvolvimento dela ao longo da vida. No texto, a professora Alice de Azevedo Monteiro retrata que as teorias seriam abolidas, ficando assim a individualidade e a liberdade das crianças. Essa prerrogativa vai ao encontro do que Froebel privilegiava, sendo as atividades lúdicas as maiores propiciadoras do desenvolvimento sensorio-motor, bem como a exploração do uso de habilidades. Desse modo, o discurso da professora supracitada sobre escolarização perpassa uma pluralidade de discursos concernentes à década de 1930, dando visibilidade a sua conquista de precursora da educação infantil na Paraíba.

Em âmbito geral, salientamos como os discursos veiculados pelos jornais, durante as primeiras décadas do século 20, puderam ajudar a fortalecer o processo de inserção das mulheres no âmbito social, corroborando com um “movimento de (re)apropriação de um espaço e de legitimação de uma imagem pública” (DISCINI; CAMPOS, 2009, p. 444).

Considerações finais

Salientando a importância das escolhas teórico-metodológicas de uma pesquisa, bem como a importância das análises de fontes documentais e as suas contribuições para a História da Educação, e subsidiadas pela Nova História Cultural, pudemos perceber como se dava a manutenção (ou a subversão) de alguns padrões sociais que delegavam/limitavam espaços femininos – principalmente em um âmbito privado e familiar – e destacamos a importância da escrita enquanto uma prática cultural (NUNES; MACHADO, 2013), que deixa de ser um domínio exclusivamente masculino e se torna um veículo de acesso feminino à esfera pública.

As ligações políticas sempre se fizeram expostas e muitos dos professores que escreviam na imprensa compactuavam com as opções políticas demarcadas no quadro político e social da Paraíba de 1930. Para Kuleska (*et al.*, 2001, p. 1):

Aparentemente, os “tenentes civis” que José Américo deixou no poder na Paraíba atacaram com vigor no Estado a questão da educação popular. O primeiro interventor, Antenor Navarro, duplicou a matrícula no ensino primário oficial no seu governo de apenas dezesseis meses, assim encurtado devido à sua morte trágica num acidente de avião em abril de 1932.

Não obstante, segundo Gurjão (*apud* KULESKA *et al.*, 2001, p. 1), para os adeptos e seguidores da política de Antenor Navarro, suas maiores conquistas foram medidas em favor da educação paraibana, unificando todo o ensino primário estadual, ampliando a rede escolar e, ainda, destinando 18% da receita estadual para a Instrução Pública, pondo fim às taxas que antes eram cobradas. No aspecto educacional, eram vistas as compactações dos intelectuais e políticos para a consolidação de uma sociedade urbana e industrial. A educação primária era vista com olhar do assistencialismo, de toda forma, para os professores, significava a consolidação de um sonho.

Assim, levando-se em consideração que as primeiras décadas do século 20 fazem parte da definição de um novo ordenamento social, foi possível perceber que, apesar de existir um contexto de predominância masculina nos mais diversos cenários sociais, a presença feminina nas publicações de periódicos e revistas é um elemento potencializador de mudanças dentro de uma complexidade cultural e política.

Especificamente, além de se juntarem aos movimentos sociais da época, as mulheres publicaram textos em jornais e revistas defendendo as causas femininas. A partir de todo esse processo de luta, é que surgiu um novo olhar para o sexo feminino. Antes, a mulher era tida

como um ser passivo, incapaz e frágil. Entretanto, por meio desse processo de inserção na sociedade, as mulheres puderam desmistificar os mitos de suas incapacidades. A luta feminista nasce com a intenção de denunciar injustiças, incertezas e opressões que cercavam as mulheres e as desvalorizavam como seres humanos.

Referências

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARR, E. H. **Que é História?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CAMPOS, R. M. Civismo. **Boletim de Educação**, João Pessoa, n. 2, p. 15- 18, 1937.

DISCINI, N.; CAMPOS, R. D. A imagem da mulher na literatura e no jornal das primeiras décadas do Século XX: questões de discurso e gênero. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/3723>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

KULESKA, W. A. *et al.* O malogro da Educação Popular na Paraíba (1930 - 1945). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 5., 2001, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LUCA, T. R. A Grande Imprensa na Primeira Metade do século XX. *In*: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. O feminismo paraibano: Associação Paraibana Pelo Progresso Feminino (APPF) – 1933. *In*: MACHADO, C. J. S.; NUNES, M. L. S. (org.). **Gênero e sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.

MIGNOT, A. C.; GONDRA, J. G. (org.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTEIRO, A. A. Jardim de Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa, v. 1, n. 3, p. 13-14, 1932. Disponível em: https://issuu.com/revistadoensino/docs/revista_do_ensino_iii. Acesso em: 19 jan. 2022.

NUNES, M. L. S. A imprensa paraibana e os direitos da mulher: textos publicados no Jornal A União na década de 1920. *In*: SCOCUGLIA, A. C. et al. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

NUNES, M. L. S. *et al.* Vocação, missão, profissão: a docência na visão de educadoras paraibanas (1935). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Editora UFPB, 2012.

NUNES, M. L. S.; MACHADO, C. J. S. Uma página feminina: escritos para a educação das mulheres paraibanas (década de 1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13, n. 54, p. 189-206, 2013. Doi: 10.20396/rho.v13i54.8640177. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640177>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PINHEIRO, A. C. F. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. R. C. (org.). **Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

PRADO, E. M. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **InterMeio**, Campo Grande, v. 16, n. 31, p. 124-133, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2444>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SILVA, A. M. **Educação e emancipação feminina na Paraíba nas primeiras décadas do século XX**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/20014/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28AUREN I%20SILVA%29%20pronta.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SOARES JUNIOR, A. S. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 a 1924)**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em História, Área de Concentração História e Cultura Histórica) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6040/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Doi: 10.20396/rho.v10i40.8639806. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806>. Acesso em: 19 jan. 2022.

Submetido em 22 de agosto de 2021.
Aprovado em 22 de fevereiro de 2022.